



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

**RELATÓRIO DA MISSÃO EMERGENCIAL NOS MUNICÍPIOS DE
PEDRO ALEXANDRE E CORONEL JOÃO SÁ/BA APÓS
ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO QUATI**

Bahia
Setembro de 2019

2019 Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Elaboração, distribuição e informações:

Conselho Nacional dos Direitos Humanos

SCS-B, Quadra 09, Lote C - Ed. Parque Cidade Corporate - Torre A, 9º Andar.

CEP: 70.308-200 - Brasília/DF.

Site: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh>

E-mail: cndh@mdh.gov.br

Conselho Nacional dos Direitos Humanos

Presidência

2019: Leonardo Penafiel Pinho - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil
UNISOL

2020: Deborah Duprat - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/MPF

Mesa Diretora

Leonardo Penafiel Pinho - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil
UNISOL

Sandra Carvalho - Plataforma de Direitos Humanos DHESCA Brasil

Deborah Duprat - Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/MPF

Fabiana Severo - Defensoria Pública da União

Herbert Barros - Secretaria Nacional de Cidadania/MDH

Leandro Scalabrini - Associação Nacional dos Atingidos por Barragens

Integrantes da Missão

Márcia Regina Ribeiro Teixeira - Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH);

Deputada Estadual Neusa Cadore - Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (CDHSP-ALBA)

Deputada Estadual Fátima Nunes - Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (CDHSP-ALBA);

Marcos Musse - Assessor do Deputado Estadual Hilton Coelho;

Luciana Espinheira da Costa Khoury - Promotora de Justiça Regional Ambiental de Paulo Afonso;

Natalie Navarro de Almeida - Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPBA)

Sócrates Costa da Silva Neto - Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPBA)

Nicolly Lima - Superintendência de Proteção e Defesa Civil (SUDEC)

Jeane Araújo – Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (APUB-Sindicato)

Maria Aparecida Tupiniquim Ramos – Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (APUB-Sindicato)

Daniela Vasconcelos - Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (APUB-Sindicato)

Elena de Medeiros Batista - Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (APUB-Sindicato)

Luciene da Cruz Fernandes - Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (APUB-Sindicato)

Moisés Borges - Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

Conselheiras e Conselheiros do Biênio 2019-2020

Poder Público

Procuradoria-Geral da República/MPF

Titular: Raquel Elias Ferreira Dodge

1º Suplente: Deborah Duprat

2ª Suplente: Domingos Sávio Dresch da Silveira

Defensoria Pública da União

Titular: Gabriel Faria Oliveira

1º Suplente: Fabiana Galera Severo

2º Suplente: Eduardo Nunes de Queiroz

Conselho Nacional de Justiça

Titular: Mauro Campbell Marques

1º Suplente: Márcio Schiefler

2º Suplente: Jaiza Maria Pinto Fraxe

Secretaria Nacional de Cidadania/MDH

Titular: Sérgio Augusto de Queiroz

1º Suplente: Herbert Borges Paes de Barros

2º Suplente: Alexandre Magno Fernandes Moreira

Ministério das Relações Exteriores

Titular: João Lucas Quental Novaes de Almeida

1º Suplente: Bruna Vieira de Paula

2º Suplente: Vanessa Sant'Anna Bonifácio Tavares

Ministério da Justiça

Titular: Natália Camba Martins

1º Suplente: Annalina Cavicchiolo Trigo

2º Suplente: vago

Departamento de Polícia Federal

Titular: Roberto Mello Milaneze

1º Suplente: José Roberto Peres

2º Suplente: Milton Rodrigues Neves

Câmara dos Deputados

Situação (Maioria): vago

Oposição (Minoria): Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP)

Senado Federal

Situação (Maioria): vago

Oposição (Minoria): vago

Organizações da Sociedade Civil

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Titular: Everaldo Bezerra Patriota

Suplente: Marcelo Feijó Chalréo

Conselho Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e da União

Titular: Luísa de Marillac Xavier dos Passos

Suplente: Márcia Regina Ribeiro Teixeira

Titulares eleitos/as:

Leonardo Penafiel Pinho - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil

Iêda Leal de Souza - Movimento Negro Unificado

Eneida Guimarães dos Santos - União Brasileira de Mulheres

Ismael José César - Central Única dos Trabalhadores

Sandra Elias de Carvalho - Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil

Cristina de Castro - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

Leandro Gaspar Scalabrin - Associação Nacional dos Atingidos Por Barragens

Marco Antônio da Silva Souza - Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua

Rogério Giannini - Conselho Federal de Psicologia

Suplentes eleitos/as:

Paulo Tavares Mariante - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos

Camila Lissa Asano - Conectas - Associação Direitos Humanos em Rede

Maria Ribeiro da Conceição - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente

Cibele Kuss - Fundação Luterana de Diaconia

Leonildo José Monteiro Filho - Movimento Nacional de População de Rua

Philip Carvalho Ferreira Leite - Centro Popular de Formação da Juventude

Marcelo Kimati Dias - Associação Brasileira de Saúde Mental

Ayala Lindabeth Dias Ferreira - Setor de Direitos Humanos do MST

Lívia Ferreira da Silva - União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Secretaria Executiva

Assessoria Administrativa

Claudia de Almeida Soares

Kátia Aparecida Lima de Oliveira

Kell Adorno Rodrigues Porto

Rosane Farias Silva

Assessoria de Comunicação

Luiza de Andrade Penido

Assessoria Técnica

Ana Carolina Freitas de Andrade Saboia

Ana Claudia Beserra Macedo

Caroline Dias dos Reis

Diony Maria Oliveira Soares

Isabelle de Oliveira Ribeiro

Raíssa Pereira Maciel Comini Christófaro

SUMÁRIO

I. Introdução	3
II. Missão emergencial do CNDH	4
III. Sobre o rompimento da barragem	6
IV. Relatórios das visitas, reuniões e audiências públicas com os atingidos e órgãos públicos	9
4.1 – Caracterização dos Municípios Afetados pelo Rompimento da Barragem.....	9
4.1.1 – PEDRO ALEXANDRE.....	9
4.1.2 – CORONEL JOÃO SÁ.....	10
4.2 – Visitas e Escutas dos Atingidos.....	11
4.2.1 – PEDRO ALEXANDRE – COMUNIDADE DO QUATI.....	11
4.2.2 – CORONEL JOÃO SÁ – VISITA AOS ABRIGOS.....	16
4.3 – Reunião Pública.....	18
4.3.1 – PEDRO ALEXANDRE.....	18
4.3.2 – CORONEL JOÃO.....	31
V. Conclusões e recomendações	40

REFERÊNCIA

ANEXOS

I. INTRODUÇÃO

O Presidente do **CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – CNDH**, **LEONARDO PENAFIEL PINHO**, considerando a deliberação da 7ª Reunião da Mesa Diretora do CNDH, realizada em 23 de junho de 2019, e a deliberação do Plenário na 50ª Reunião ordinária do CNDH, realizada em 14 e 15 de agosto de 2019, designou (Termo de Designação nº 06) a Conselheira **MÁRCIA REGINA RIBEIRO TEIXEIRA** para: **I.** Representar o CNDH para acompanhar a situação violadora de direitos humanos no caso sobre o **Rompimento da Barragem do Quati**, localizada no estado da Bahia; **II.** A realização da missão foi resultado de um pedido do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

A missão foi realizada nos dias 19 e 20 de setembro de 2019, nas cidades de Pedro Alexandre e Coronel João Sá, e contou com as seguintes representações: **Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)**, representado pela Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira; **Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (CDHSP-ALBA)**, representado pelas Deputadas Estaduais Neusa Cadore e Fátima Nunes, e pelo Assessor do Deputado Estadual Hilton Coelho, o Sr. Marcos Musse; **Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA)**, representado pela Promotora de Justiça Regional Ambiental de Paulo Afonso, Dra. Luciana Espinheira da Costa Khoury; **Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPBA)**, representado pela Defensora Dra. Natalie Navarro de Almeida e Dr. Sócrates Costa da Silva Neto; **Superintendência de Proteção e Defesa Civil (SUDEC)**, representado pela Sra. Nicolay Lima; **Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (APUB-Sindicato)**, representado pelas Professoras Jeane Araújo, Maria Aparecida Tupiniquim Ramos, Daniela Vasconcelos, Elena de Medeiros Batista e Luciene da Cruz Fernandes; **Movimento dos Atingidos por Barragens**

(MAB), representado, dentre outros, pelo Sr. Moisés Borges, da coordenação nacional do Movimento.

A demanda da missão era verificação *in loco* da atual situação da população de Pedro Alexandre e Coronel João Sá, notadamente aquelas pessoas afetadas pelo rompimento da Barragem do Quati e de outras Barragens a jusante daquela, assim como identificar outros riscos a que estão suscetíveis os habitantes de Pedro Alexandre e Coronel João Sá.

II. MISSÃO EMERGENCIAL DO CNDH

Como primeira atividade da missão, foi realizada reunião de seus integrantes em Pedro Alexandre, na entrada da Comunidade do Quati, para confirmação da agenda proposta, conforme programação contida no convite de mobilização veiculado pela Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Assembleia Legislativa da Bahia.

VISITA AOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

DIA 19/09 (QUINTA-FEIRA) PEDRO ALEXANDRE	DIA 20/09 (SEXTA-FEIRA) CORONEL JOÃO SÁ
14H - VISITA À BARRAGEM DO QUATI	08H - VISITA AOS ABRIGOS NA SEDE DA CIDADE
15H - VISITA ÀS ÁREAS ATINGIDAS NA SEDE	10H30 – CONVERSA COM O PODER PÚBLICO E A SOCIEDADE CIVIL (AUDITÓRIO FURTUOSO CARVALHO)
19H - REUNIÃO COM O PODER PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL (CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES)	

REALIZAÇÃO: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA, ALBA (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA), CNDH, Defensoria Pública BAHIA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, APUB SINDICATO

Roteiro da visita executado em Pedro Alexandre no dia 19/09/2019: visita ao povoado e à barragem do Quati, turno vespertino; reunião pública, turno noturno.

Roteiro da visita executado em Coronel João Sá no dia 20/09/2019: visita aos abrigos da população atingida, turno matutino; reunião pública, turnos matutino e vespertino.

No primeiro momento foi realizada uma reunião prévia com os integrantes da missão na entrada da cidade de Pedro Alexandre, a fim de alinhar as condutas a serem adotadas pelo grupo.

Iniciando as ações da missão, foi estabelecido contato com os moradores da comunidade do Quati, que já aguardavam reunidos a chegada da missão na entrada da localidade.



Chegada à Comunidade do Quati.

Após realização de uma roda de conversa, que expôs a situação vivenciada por aqueles moradores locais, os integrantes da missão seguiram caminhando para o local do rompimento da barragem. Final da tarde o grupo se deslocou do Quati para a Sede de Pedro Alexandre, onde ocorreu a reunião pública, na Câmara de Vereadores.

Os integrantes da missão deslocaram-se para Coronel João Sá após a reunião pública do dia 19/09/2019, a fim de garantir o cumprimento da agenda com início previsto às 08:00 do dia 20/09/2019. A visita aos abrigos onde estão os(as) atingidos(as) do mencionado município

foi iniciada no horário previsto. Aquelas pessoas atingidas que necessitaram de apoio de abrigo público foram distribuídas entre dois espaços preparados para o atendimento da situação emergencial, nas Escolas Municipais Ruy Barbosa e Maria Dalva Castro da Silva.

Na sequência os integrantes da missão dirigiram-se para a Câmara de Vereadores, onde foi realizada a reunião pública, e encerradas as ações da missão.

III. SOBRE O ROMPIMENTO DA BARRAGEM

Segundo informações da Defesa Civil do estado da Bahia, no período compreendido entre 07 e 11 de julho de 2019, a ocorrência de fortes chuvas, com precipitação pluviométrica acima de 180mm na região de Pedro Alexandre provocou o aumento demasiado do nível da Barragem do Quati, localizada na Comunidade que recebe o mesmo nome rompeu-se, e a estrutura do barramento, composto de terra, não suportou o volume da água. Outras duas, barragens, Serra Verde e Rompe-gibão, além de cinco na Fazenda Senhor do Bonfim, também romperam.

Como consequência, a Defesa Civil aponta que estradas ficaram inacessíveis, famílias ilhadas, canais entupidos, comprometimentos em pontes de pequeno porte, famílias desalojadas e desabrigadas, desabamento de casas.



Barragem do Quati rompida. Fonte: Defesa civil do estado da Bahia.



Imagem aérea de Coronel João de Sá após barragem transbordar na cidade vizinha de Pedro Alexandre, na Bahia. — Foto: Studio Júnior Nascimento.

Fonte: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/07/18/o-que-se-sabe-sobre-a-inundacao-provocada-pelo-rompimento-da-barragem-do-quati-na-bahia.ghtml>>.



Barragem em cidade na Bahia se rompeu e deixou 500 desalojados — Foto: Arte/G1

Fonte: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/07/18/o-que-se-sabe-sobre-a-inundacao-provocada-pelo-rompimento-da-barragem-do-quati-na-bahia.ghtml>>.

Segundo apurou a Defesa Civil Estadual, em Pedro Alexandre as áreas afetadas foram: na Sede do município as ruas Alto Bonito, Rua Velha, Rua da Lavanderia, Rua dos Barreiros, Rua Antônio Emídio da Costa; na zona rural as Comunidades do Quati, Cipó de Leite, Surrão, Rompe Jibão, Lotero, Barriguda, Abobora, Geraldo de Júlio, Barreiras, Boa Sorte, Pedra Branca, Ponta da Serra, Varja da, Lagoa da Mata, São José, Exú, Gato.

Os relatos da Defesa Civil do estado da Bahia dão conta que, em Coronel João Sá os danos e áreas afetadas alcançaram maiores proporções, resultando em desabrigados, desalojados, comprometimento em unidades habitacionais, em instalações de ensino, de prestação de serviços básicos, em instalações públicas de uso comunitário, estradas danificadas (causando prejuízos ao transporte local, em obras de infraestrutura pública, poluição e/ou contaminação da água e solo em razão do extravasamento de redes de esgoto e fossas sépticas).

No município supracitado as áreas com população afetada registradas pela Defesa Civil foram os Bairros, Povoados e Distritos diretamente afetados pela inundação do Rio do

Peixe: Praça Santo Antônio, Poeirão, Barroquinha, Sanharol, Galo Assanhado, Luis Eduardo, Pedra da Igreja, Amaro, Mendonça, Av. Dr. Antônio Carlos Magalhães, Av. Dr. Carvalho de Sá, Boa Sorte, Doçura, Timóteo I e II, Alagoas I e II, Rompe Gibão e Alto do Cheiro.



Fonte: Defesa Civil do estado da Bahia.



- Foto: Diego Santos/ Defesa Civil Coronel João

Fonte: Defesa Civil do estado da Bahia.

A Barragem do Quati foi construída pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR há vinte anos e, segundo informação dos moradores, sem assistência técnica e manutenção. Chegou a ser constituído um Conselho à época da inauguração, mas que não teve seguimento.

IV. RELATÓRIOS DAS VISITAS, REUNIÕES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COM OS ATINGIDOS E ÓRGÃOS PÚBLICOS

A missão contou com a participação dos integrantes nas diversas atividades realizadas, entre visitas e escuta à população atingida, em áreas urbanas e rurais atingidas, e audiências públicas.

4.1 – Caracterização dos Municípios Afetados pelo Rompimento da Barragem

4.1.1 – PEDRO ALEXANDRE é uma cidade do estado do Bahia, situada 39km ao Sul-Leste de Jeremoabo, a maior cidade nos arredores. Vizinho além de Jeremoabo, dos municípios de Coronel João Sá e Sítio do Quinto, localiza-se a uma latitude 10°00'49" sul e a uma longitude 37°53'39" oeste, estando a uma altitude de 356 metros. Sua população no último censo [2010] era de 16.995 habitantes, com densidade demográfica de 18,97 hab/km². Possui uma área de 896,071 km². Os habitantes se chamam pedroalexandrenses.

Em 2017, o salário médio mensal era de 1.7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 4.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 208 de 417 e 386 de 417, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3607 de 5570 e 5265 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 58.7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 5 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 85 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

4.1.2 – CORONEL JOÃO SÁ é uma cidade do estado do Bahia, João Sá se situa a 27 km ao Norte-Oeste de Carira, a maior cidade nos arredores.

Vizinho também dos municípios de Pedro Alexandre e Sítio do Quinto. Situado a 207 metros de altitude, Coronel João Sá tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 10° 17' 3" Sul, Longitude: 37° 55' 37" Oeste. Sua população no último censo [2010] era de 17.066 pessoas, com densidade demográfica de 19,32 hab/km². Possui uma área de 883,522 km². Os habitantes se chamam João-seaense.

Em 2017, o salário médio mensal era de 1.9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6.4%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 97 de 417 e 274 de 417, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2403 de 5570 e 4686 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 52.2% da população nessas condições, o que o colocava na posição 178 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 951 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

4.2 – Visitas e Escutas dos Atingidos

4.2.1 – PEDRO ALEXANDRE – COMUNIDADE DO QUATI

No início da tarde do dia 19 de setembro de 2019 visitou-se a Comunidade do Quati, onde 52 (cinquenta e duas) famílias residem, todos afetados pelo desastre em maior ou menor medida. No que se refere às moradias, três casas foram afetadas de forma a inviabilizar a permanência nos imóveis, mas em termos de subsistência, todas as famílias sofreram afetação direta, uma vez que a principal atividade econômica dos locais é a pesca artesanal, extração que era realizada na Barragem do Quati, que ficou prejudicada após o rompimento.

A pesca artesanal conforme conceitua a Bahia Pesca,

Diz respeito à pesca artesanal enquanto atividade comercial, aquela realizada única e exclusivamente pelo trabalho manual do pescador. Utiliza embarcações de médio e pequeno porte e equipamentos (petrechos) sem nenhuma sofisticação além de insumos utilizados adquiridos nos comércios locais. Baseia-se nos conhecimentos dos pescadores, adquiridos em família transmitidos aos demais membros, pelos mais velhos da comunidade, ou pela interação com os companheiros de pescaria. (<<http://www.bahiapescas.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14>>, 2019).

Os pescadores do Quati, no entanto, apesar do desenvolvimento da atividade econômica desde a construção da barragem, segundo informaram, não existe vinculação a associação e/ou colônia de pescadores, bem como não há investimento em projetos de aquicultura para o referido reservatório de água doce.

Convidou-se os moradores do Quati a reunirem-se com os integrantes da missão numa roda de conversa, a fim de promover a troca de informações de lado a lado. Partiu-se do esclarecimento aberto pela Deputada Neusa Cadore, o objetivo da missão, elencando-se para as representações institucionais e de movimentos sociais ali representadas.



A Deputada Estadual Neusa Cadore inicia a roda de conversa.



Fala da Conselheira do CNDH, Márcia Regina Ribeiro Teixeira, promotora de Justiça (MPBA).

A representante designada do CNDH na missão, esclareceu que, embora promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia, naquele ato representava o Conselho Nacional de Direitos Humanos, com a incumbência de conhecer a situação da população atingida pelo desastre e, verificando possíveis violações de direito. Destacou que tal Conselho, constituído por entidades da sociedade civil, movimentos sociais e órgão governamentais, tem o papel de participar na solução dos problemas identificados, seja veiculando recomendações, ou articulando gestões junto aos órgãos competentes, cabendo à sua representante naquele ato, expedir relatório e apresentar à mesa diretora do CNHD, a fim de viabilizar adoção de medidas cabíveis.

A representante do Ministério Público do Estado da Bahia – MPBA, Dra. Luciana Khoury, informou sobre a instauração de inquérito civil para apuração dos fatos e circunstâncias do desastre, destacando que o MPBA está presente desde o primeiro momento, e permanecerá acompanhando o caso até que se resolva os problemas vivenciados pela população atingida pelo rompimento da Barragem do Quati.

Dra. Luciana observa que Pedro Alexandre está com várias barragens em situação de risco, e que diagnóstico está sendo realizado por equipes técnicas, tanto do MPBA, como por outras instituições públicas, a fim de melhor caracterizar a realidade.



Representante do Ministério Público do Estado da Bahia, promotora de Justiça Luciana Khoury.

A Deputada Fátima Nunes reconhece em sua fala a necessidade de reconstrução da Barragem do Quati para garantia da subsistência daquela comunidade, entretanto destaca que os munícipes de Coronel João Sá estão muito apreensivos em razão das graves consequências sofridas com o desastre, uma vez que o maior volume de água represada escoou para a direção da cidade.



Fala da Deputada Estadual Fátima Nunes.



Representante da Comunidade do Quati enumera os problemas vivenciados.

Representantes da Comunidade do Quati (Pedro Alexandre) pontuaram os principais problemas enfrentados desde o desastre, a saber:

1. O cadastramento realizado pela equipe da Prefeitura de Pedro Alexandre – Defesa Civil e Assistência Social – não contemplou a todas as famílias, gerando como consequência imediata a limitação do acesso aos benefícios prestados, a exemplo do fornecimento de cestas básicas. Há dois meses do ocorrido, até aquele momento não foi divulgada a relação de cadastrados;
2. A distribuição das cestas básicas não vem se dando com periodicidade regular, e com um longo intervalo entre as entregas. Ainda quanto o referido benefício, indicaram que as quantidades fornecidas são insuficientes para atendimento dos integrantes das famílias, bem como existe carência proteica (carnes e leite para crianças);
3. Denunciaram desvios de cestas básicas e outros donativos recebidos pelo município para a Comunidade do Quati;
4. O pescado é a principal fonte de renda das famílias, além de ser fonte nutricional, de forma que hoje se encontram completamente privados de seu meio de vida, e sem segurança nas perspectivas de atendimento de suas necessidades. Indicam que a

renda familiar com a comercialização do pescado girava em torno de R\$500,00 a R\$600,00 (quinhentos a seiscentos) semanais, valores utilizados para suprir todas as necessidades das famílias (alimentação, higiene, vestuário, medicamentos etc.), razão pela qual entendem que a recuperação da condição de vida da comunidade depende da reconstrução da barragem o mais rápido possível;

5. A população local avalia que a responsabilidade do desastre é do poder público, que há vinte anos não realiza qualquer vistoria, fiscalização e manutenção da Barragem do Quati;
6. Solicitam que seja providenciada a recuperação do campo de futebol, totalmente destruído, porque avaliam que pode ser um meio alternativo para movimentar a renda local, com venda de bebidas e lanches.

As representantes da Defesa Civil de Pedro Alexandre garantiram que o cadastramento foi concluído, mas diante dos relatos descontraídos, e da informação do Sr. Moisés, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, de que realizaram um cadastramento completo, Dra. Luciana Choury (MPBA) sugeriu que os cadastros fossem comparados para assegurar completude de dados.

Foi finalizada a roda de conversa com o convite para participação de representantes daquela comunidade na reunião pública a ser realizada na noite do mesmo dia, 19h, na Câmara de Vereadores de Pedro Alexandre.



Visita dos integrantes da missão ao ponto de rompimento da Barragem do Quati.



Área de rompimento da Barragem do Quati.

4.2.2 – CORONEL JOÃO SÁ – VISITA AOS ABRIGOS

No dia 20 de setembro pela manhã os integrantes da missão realizaram visita aos dois abrigos existentes no município. A visita teve o acompanhamento da secretária interina de Assistência Social, a Sra. Audicelia Santos Dias (mais conhecida pelo pseudônimo, Miudeza). Segundo suas informações, das 130 famílias desalojadas, 17 estão nos abrigos, e outras 12 não tiveram o seu paradeiro identificado. Informou que muitas pessoas voltaram para as casas, mesmo em condição de risco, e outras estão alojadas em casas de parentes. Das famílias que se encontram em abrigos, 9 (nove) estão na Escola Municipal Maria Dalva, e outras 8 (oito) na Escola Municipal Ruy Barbosa.



Abrigamento de atingidos.

Sra. Miudeza elogiou o trabalho realizado pelo MAB, dizendo que foi de fundamental importância a colaboração no processo de cadastramento das vítimas. Informou que muitas das famílias atingidas trabalhavam quebrando pedra, de modo que, tiveram sua atividade laboral afetada apenas nos primeiros dias, quando a pedreira se encontrava paralisada em virtude dos danos, porém, assim que as atividades se normalizaram, os trabalhadores retomaram suas atividades, motivo pelo qual, diferentemente do que ocorre com as famílias da Comunidade do Quati, tais famílias não tiveram sua renda afetada. Destacou também que algumas das famílias vivem com apoio da bolsa família. Por fim, solicitou apoio das deputadas e órgãos presentes para colaborar na alocação de recursos para a solução dos problemas já identificados e ainda em vias de identificação.



Roda de conversa no abrigo de atingidos.

Informou que já houve liberação dos valores para o aluguel social e aquisição de novas cestas básicas através do sistema da Defesa Civil da União, mas que ainda não está disponibilizado, pois faltam alguns trâmites burocráticos. Os valores são para 3 (três) meses, podendo ser prorrogado por mais 3 (três) meses, chegando assim ao total de 180 (cento e oitenta) dias. Disse ainda que houve ações dos Governos Municipal e Estadual, e que aguardam ações do Governo Federal, mais especificamente das providências solicitadas ao Ministério da Cidadania.

4.3 – Reunião Pública

4.3.1 – PEDRO ALEXANDRE

A reunião prevista para 19h teve início às 20h, contando com a presença dos integrantes da missão, representantes dos poderes públicos municipais, Executivo e Legislativo, e sociedade civil. A abertura foi realizada pelo presidente da Casa Legislativa, o Vereador

Arquimedes Gregório, que agradeceu a presença de todos, destacando a importância da visita dos órgãos da missão.



Câmara Municipal – Reunião Pública.

Na sequência, o Prefeito de Pedro Alexandre, o Sr. Pedro Gomes Filho, fez uso da palavra para dar boas-vindas à missão, não tecendo considerações neste primeiro momento sobre o cenário pós desastre, mas elucidou que não fazia perseguições políticas, pronunciamento que gerou manifestações em contrário por parte da plateia, desconforto que foi contornado pela Deputada Neusa Cadore com o início de seu pronunciamento.



Câmara Municipal – Reunião Pública. Fala do Prefeito Sr. Pedro Gomes Filho.

A mencionada Deputada agradeceu ao convite formulado pelo Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB à Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Assembleia Legislativa da Bahia – ALBA, para que participassem da solução dos problemas vivenciados pelos atingidos de Pedro Alexandre e Coronel João Sá. Em consonância com as mensagens descritas nas faixas posicionadas pelo Movimento, concordou que, em certa medida, e guardando-se proporções “somos todos atingidos”.

A Promotora de Justiça Dra. Márcia Teixeira, destacou que participa da atividade na condição de representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH, que por sua vez é composto por entidades da sociedade civil, movimentos sociais e órgãos governamentais. Em seguida fez uma breve saudação aos membros da mesa e reforçou que a visita na região faz parte de uma missão institucional do CNDH, a fim de verificar os impactos do rompimento da barragem e as possíveis violações de direitos humanos. Destacou que a reunião com a sociedade é um momento importante para ouvir os órgãos e as pessoas da sociedade, a fim de elaborar um relatório que será enviado ao CNDH, para que possíveis ações sejam tomadas, colaborando na resolução dos problemas identificados.

Dra. Luciana Khoury, Promotora de Justiça Regional Ambiental, de Paulo Afonso, Ministério Público do Estado da Bahia/MPBA, agradeceu a presença das pessoas e dos órgãos. Destacou que Pedro Alexandre é um município rural, fazendo-se necessária a construção de políticas para esse público. Registrou que a presença do MAB é importante dada a sua capacidade de articular políticas e dar visibilidade às necessidades da população atingida. Observa que é preciso se antecipar aos problemas, de modo que se torna importante atentar-se para as barragens existentes na região. Reforçou que se vive um momento de muito desgaste, pois após um período muito grande de estiagem, veio um período de chuvas intensas. Para a Promotora não foi um evento, mas um desastre, fruto das ações humanas que foram causando um enorme desequilíbrio na ordem socioambiental. Enfatizou que o ser humano é o único animal que pensa, mas que também é o que destrói, e que diante disso, precisamos usar a capacidade pensante para encontrar soluções e evitar novos danos, pois somos todos atingidos, de modo que se faz necessário trabalhar com prevenção. Demonstrou preocupação em relação a existência de outras barragens na região, enfatizando que não se pode sair desativando-as, porém é urgente construir formas de

cuidados para evitar outros desastres. Pontuou que é preciso mapear as barragens que tem potencial risco, e que o Ministério Público (MPBA) estará presente até que se resolva a situação dos atingidos. Informou ainda que o MPBA instaurou um inquérito civil para buscar compreender o que houve.

As demais representações institucionais integrantes da missão e demais vereadores presentes tiveram seu momento nos pronunciamentos de abertura e saudação, oportunidade em que se deu ênfase ao perfil e papel dos órgãos ali enunciados, mas certamente um dos momentos mais aguardados foi a apresentação do relatório situacional elaborado e exposto pela técnica da Superintendência de Proteção e Defesa Civil – SUDEC, órgão do Governo do estado da Bahia, a Sra. Nicolý Lima.

Após a apresentação institucional do órgão, a Sra. Nicolý Lima apresentou o cenário em Pedro Alexandre:

Desabrigados Pessoas que necessitam de abrigo público, como habitação temporária, em função de danos ou ameaça de danos causados em decorrência direta dos efeitos do desastre **128**

Desalojados Pessoas que, em decorrência dos efeitos diretos do desastre, desocuparam seus domicílios, mas não necessitam de abrigo público **760**

Outros afetados Pessoas afetadas diretamente pelo desastre **13.596**

TOTAL DE AFETADOS: 14.484

Destacou que “uma força-tarefa composta por servidores dos governos estadual, municipal e federal foi mobilizada para avaliar os impactos do desastre”.

Passado o momento de maior crise, quando foram empreendidas as ações de resposta, prosseguiu-se medidas e ações ainda em curso: “promoção, assistência e comunicação social; assistência médica; ajuda humanitária; reabilitação de cenários (obras públicas e serviços gerais); avaliação de danos; apoio à saúde e saúde pública.

Informou que a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER estava na região para identificação de melhor solução para drenagem de águas pluviais, pois o assoreamento dos canais agrava em muito os riscos de desastres da natureza do que ocorreu.



Reunião com o Governador Ruy Costa na fase de crise.

Logo após a apresentação da Defesa Civil (*slides* anexos), a promotora Luciana Choury (Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Paulo Afonso – Ministério Público do estado da Bahia/MPBA) fez uma fala contundente sobre a preocupação em relação a novos desastres, considerando que o município de Pedro Alexandre possui muitas barragens, e que é preciso fazer um mapeamento rigoroso para identificação daquelas com potencial de risco. Reconheceu a importância de tal recurso para a população do sertão baiano, que padece com os longos períodos de estiagem, mas que é necessário que a gestão desses reservatórios de água monitore sua operacionalização a fim de minimizar riscos.

Informou sobre as ações empreendidas pelo MPBA no sentido de compreender o que houve. Destacou que a comunidade do Quati utilizava a barragem como cultura de subsistência (pesca), e que seu modo de vida e de sobrevivência foi atingido pelo rompimento, pois a pesca para subsistência e consumo também foi afetada. Portanto se faz necessário pensar juntos quais as alternativas, afinal, ainda existem problemas, e por mais que algumas ações já tenham sido realizadas, é preciso garantir a continuidade dos serviços de forma permanente. Reforçou ainda que é preciso sair dos riscos, para não haver mais e mais atingidos, nesse sentido, estão sendo mapeados os inquéritos civis sobre as barragens, e que todas as ações do MPBA serão discutidas com a população e com os órgãos, inclusive com o MAB.

Abordou ainda sobre a necessidade de aprovar a lei que cuida dos direitos dos atingidos, sugerindo finalmente a elaboração de uma carta que aponte para a necessidade de aprovação da referida norma jurídica, pois o povo que está sujeito a tais ocorrências não merece sofrer e padecer por desassistência, precisa de seus direitos garantidos.

Dando continuidade, o Sr. Moisés, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, explanou acerca das impressões quanto a forma de intervenção do poder municipal em Pedro Alexandre que, em sua avaliação não vem se portando de forma diligente para a solução dos graves problemas ocasionados com o rompimento da Barragem do Quati, ao tempo em que colocou-se à disposição dos gestores públicos no sentido de colaborar com a experiência construída a partir do lugar de militante do MAB, destacando que está e sempre estará ao lado dos atingidos na luta pela garantia de direitos.

Informou que no dia 28 de agosto, durante a jornada de lutas do MAB, entregou ao governo do estado da Bahia uma pauta das questões que envolvem o rompimento da barragem do Quati, tendo como principais pontos – de urgência – os seguintes:

Na Comunidade do Quati

- Recuperação da Barragem do Quati e retomada do processo econômico da comunidade, pois sua fonte de renda foi destruída. A questão da alimentação (cestas básicas) é urgente, mas é importante atentar-se para o fato de que existem outras necessidades, tais como, roupas, medicamentos etc.;
- Regularização do fornecimento de alimentos para as famílias atingidas. A cesta básica precisa ser mantida com regularidade, e considerando as especificidades das famílias, ou seja, famílias maiores, precisam de cestas com uma quantidade maior de alimentos, ou com intervalos menores para a entrega;

Na Sede do Município

- Recuperação na Sede do Município dos canais de drenagem de águas pluviais, os quais estão abandonados. É preciso que se faça a limpeza do canal na cidade baixa,

pois acredita-se que, se o canal estivesse limpo, poderia ter sido evitado alguns dos problemas de destruição. Além disso, é necessário ampliar o sistema de drenagem;

Destacou o representante do MAB que a Barragem de Lagoa Grande aponta risco alto de rompimento, e isso implica em sérios riscos que podem ser muito mais gravosos que os decorrentes do rompimento da Barragem do Quati. Na opinião do MAB, ela precisa ser esvaziada em parte e mantida como uma lagoa. Apontou também que é importante a existência de outras barragens (já vistoriadas ou não), como forma de garantir o acesso da população a águas, porém exige-se que isso seja feito com segurança. O MAB é favorável a construção das barragens no semiárido, porém considerando critérios que garantam a segurança das pessoas e do meio ambiente.

Reforçou por fim, que o diálogo e participação da sociedade nas decisões acerca da problemática deve ser algo prioritário. É preciso melhorar a comunicação entre os órgãos, em especial a Prefeitura, e a população. Muitas pessoas sofrem com depressão por falta das perspectivas. É preciso garantir acesso aos laudos, acesso às informações sobre as perspectivas das demais barragens e das ações que serão desenvolvidas para a superação dos problemas identificados, dando prazo para que as pessoas possam, inclusive, se organizar e acompanhar todo o processo e, quando possível, cobrar do poder público acerca daquilo que está sendo proposto. O povo precisa de perspectiva, ainda que seja uma perspectiva de médio e longo prazos, o que importa é que o povo saiba qual a perspectiva.

Destacou ainda que de acordo com o entendimento do MAB, nos dois municípios afetados diretamente pelo rompimento, Pedro Alexandre e Coronel João Sá, alguns direitos devem ser respeitados como prioritários, dentre eles, direito de ir e vir, direito a informação, direito a lazer, direito a vida e a dignidade.

Finalizadas as falas e apresentações dos integrantes da mesa, às 21h40m deu-se início a participação de representantes da sociedade civil, pessoas atingidas pelo desastre.

A Deputada Neusa Cadore passou a coordenar a ordenação de falas dos inscritos, antecipando, contudo, que já era consenso de que o cadastramento dos atingidos necessitava de uma apuração, havendo o compromisso entre MAP e Defesa Civil do

Município na realização do cruzamento dos cadastros registrados de lado a lado. Em seguida, passou a palavra as pessoas que estavam inscritas:



Câmara Municipal – Reunião Pública. Público participante.

- 1) **Wellington Carvalho (Proprietário da Barragem de Lagoa Grande):** informou que a barragem de Lagoa Grande tem mais de 200 (duzentos) anos, foi construída por Pedro Alexandre. É uma barragem que garante o acesso a água para a população do município nos tempos de seca. Manifestou indignação pelo fato de a Defesa Civil e outros órgãos já terem vistoriado a referida barragem, mas que nunca o buscaram para tratar do assunto, mesmo estando esta e outras 20 barragens em suas propriedades, que, segundo ele, abastecem o município e a população de Pedro Alexandre. Declarou que “todas as barragens do município são de sua propriedade”. Por fim, destacou que em Pedro Alexandre os Direitos Humanos “estão no espaço”, visto que acontecem coisas sérias e que não são, sequer, instaurados inquéritos para apuração dos fatos e que, “quem abre a boca pra falar é perseguido”. Disse que está à disposição para desativar a barragem de Lagoa Grande, se houver comprovação de que ela oferece riscos, pois “Deus o livre de ser causador de um desastre”;
- 2) **Ediene (Liderança do MAB, residente da Comunidade do Quati):** informou que não houve cadastramento adequado quando do rompimento da barragem do Quati, e que as cestas básicas destinadas para comunidade do Quati foram insuficientes.

Questionou também que “Se estamos cadastrados, qual o dia que vamos receber as cestas em nossa comunidade?”. Reforçou que é preciso fazer o cadastro de todas as famílias, e de garantir a renda, pois “o povo do Quati não precisa de coberta, o povo lá no Quati precisa de comida”. Por fim, denunciou que “tem coisas que chegam no município para a comunidade do Quati e que não é enviado para lá” levantando assim suspeitas de que algumas doações estejam sendo desviadas para outros lugares;

- 3) **Claudemir (Sindicato dos Trabalhadores Rurais):** Destacou que a população do município já é atingida há muito tempo. No ano passado, em razão da seca, aqueles que contavam com seguro safra sofreram menos, porém era a minoria. Neste ano, as chuvas afetaram a produção, o que resultou em “muita comida para o gado e pouca para a gente”. Contou que foram três trovoadas, que atingiram as estradas e casas, além do rompimento da barragem. Com relação as doações, informou que sempre foi constituída uma comissão com participação da sociedade para o acompanhamento, o que não ocorreu dessa vez, modo adequado. Informou ainda que as geladeiras não foram entregues para os atingidos;
- 4) **Luciana (Professora Municipal):** Agradeceu ao MAB pelo trabalho realizado. Destacou que enquanto não for percebida a importância dos cidadãos do município, a situação não irá melhorar, pois foi a organização dos cidadãos que possibilitou a solidariedade alcançada até aquele momento. Destacou que a questão do açude é outro fator de preocupação, além de vários outros problemas que afetam a população do município, como a questão da saúde, educação etc. Por fim, reivindicou os direitos do povo da cidade destacando que “a palavra *dignidade* foi criada pelo e para o ser humano, e é para ele que ela deve existir”;
- 5) **Andréa (Assistente Social da Prefeitura Municipal):** De acordo com a servidora, o município de Pedro Alexandre demorou a entender que todas as pessoas eram atingidas e estavam no risco. Segundo ela, inicialmente, todo o corpo governamental não percebeu o que houve. Declarou que a equipe da Assistência

Social é muito pequena, não tem condições de dar conta da demanda, pois sequer estava preparada para o que ocorreu. Informou que houve vários pleitos acerca de recursos para o Ministério de Desenvolvimento Social e que tais recursos ainda não foram liberados. Destacou que o CRAS permanece de portas abertas, pois tem a obrigação de atender às demandas, e que se precisa hoje de um corpo técnico maior para dar conta da demanda do município, pois só tem profissional para a Atenção Básica, e precisa ir para além disso, o desastre requer intervenções de Atenção Especial. Segundo ela, a Lei de Benefícios Eventuais (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, nº 8.742/1993, art. 22) do município de Pedro Alexandre encontra-se defasada.

O benefício deve ser oferecido nas seguintes situações:

- **Nascimento:** para atender as necessidades do bebê que vai nascer; apoiar a mãe nos casos em que o bebê nasce morto ou morre logo após o nascimento; e apoiar a família em caso de morte da mãe.

- **Morte:** para atender as necessidades urgentes da família após a morte de um de seus provedores ou membros; atender as despesas de urna funerária, velório e sepultamento, desde que não haja no município outro benefício que garanta o atendimento a estas despesas.

- **Vulnerabilidade Temporária:** para o enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família e outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

- **Calamidade Pública:** para garantir os meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia das pessoas e famílias atingidas.

A regulamentação dos Benefícios Eventuais e a organização do atendimento aos beneficiários são responsabilidade dos municípios e do Distrito Federal, os quais devem observar os critérios e prazos estabelecidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social. Os estados são responsáveis pelo cofinanciamento dos Benefícios Eventuais junto aos municípios. (<<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficios-eventuais>>, 2019).

Relatou que no município de Coronel João Sá, elaborou-se um Projeto de Lei de Benefícios Eventuais que foi aprovado no mesmo dia em que foi apresentado, e que, infelizmente, em Pedro Alexandre não houve uma construção dessa natureza;

- 6) **Marcos Mussi (Assessor do Deputado Estadual Helton Coelho):** Iniciou destacando que o mandato do Deputado Helton é um “mandato de resistência” e que está a serviço das lutas sociais. Parabenizou o MAB, destacando que a presença de um movimento organizado pode interferir na situação de forma extremamente

positiva. Enfatizou que “não é uma tragédia, o que ocorreu foi um crime”, e que é preciso culpabilizar os poderes públicos, pois nunca acompanharam a barragem, realizaram vistorias etc., e que outras barragens poderiam, e ainda podem vir a romper, e que mesmo assim nada foi feito. “Portanto, não foi tragédia, foi crime”. **Sugeriu a construção de uma frente parlamentar para elaborar um plano emergencial**, de modo a buscar formas de angariar recursos federais. Por fim, destacou que “só a luta muda a vida”;

- 7) **Pedro Gomes Filho (Prefeito Municipal):** Agradeceu a presença dos órgãos e autoridades presentes, e destacou que quando a chuva aliviou, o governador Rui Costa pediu aos técnicos para irem vistoriar e ver o que houve, de modo que providências foram tomadas desde o início. Informou que até o dia 05/06 do mês de outubro, as máquinas para recuperar as estradas estarão no município. Observou que o cidadão (Moisés do MAB) não conhece o município, motivo pelo qual suas críticas carecem de fundamento. Diante disso, o Prefeito explicou que existem duas máquinas (patrões) quebradas; que existem 22 carros para atender ao município, mas que nesse período, para atender a demanda emergencial, teve de fretar mais 77 carros. Informou que a folha de pagamento da Prefeitura Municipal é de 1 milhão e oitocentos mil reais, ou seja, um gasto alto dada a arrecadação do município, de modo que se trata de um município carente de recursos. Informou que as primeiras cestas básicas que vieram como doação, tiveram como contribuição do município a garantia do transporte para que fossem entregues. Disse ainda, que todo mês são doadas pela prefeitura 500 cestas básicas, independente das demandas em consequência do rompimento da barragem. Com relação ao canal na área urbana, disse que em 2005 o Ministério da Integração Nacional mandou R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para a recuperação do mesmo, mas que, infelizmente, isso não ocorreu. Finalizou de forma enfática dizendo: *“eu conheço a realidade de Pedro Alexandre”*;

- 8) **Dra. Luciana Khoury (Promotora de Justiça Regional Ambiental):** Destacou que “a ideia de estar aqui é identificar o que andou bem, e naquilo que não andou,

buscar formas de ajudar a fazer andar”. Reconheceu que, como disse a assistente social Andréa, o município não estava preparado, e por isso é importante buscar as formas de construir coletivamente as saídas. Destacou que as barragens são importantes, porque dão água ao gado, ao povo etc., porém, existem algumas barragens que se encontram em situações que merecem atenção e urgência nos ajustes que se fizerem necessários. Reconheceu que existe muita coisa para ser feita, e que é preciso mapear e avançar. Finalmente, disse que na comunidade do Quati ficou identificado que existem pessoas recebendo cesta básica, porém está sendo insuficiente, e que urge a resolução de tal questão;

9) **Deputada Estadual Fátima Nunes:** Considerando que alguns ânimos se encontravam exaltados, disse que “não adianta perder a paciência quem é poder, municipal, estadual etc., pois a realidade é nua e crua”, e que saber ouvir nesse momento é algo importante. Reforçou com a população para não abandonem a luta. Reconheceu ainda que houve uma riqueza no pronunciamento do representante do MAB, visto que apontou os elementos que o poder público deve se ater. Alertou que Pedro Alexandre é uma cidade isolada, que “os coronéis sempre colocaram o pé em cima para não deixar com que as políticas públicas chegassem ao município”, que por sua vez está rodeado de fazendeiros. Reconheceu, inclusive, que a distribuição da propriedade da terra na região só ocorreu quando o Movimento Sem Terra (MST) e a Pastoral Rural chegaram à região. Finalizou dizendo que se cobrou na reunião as obrigações de cada um dos sujeitos, pois cada um deles tem seu papel, o Prefeito, o Governador, o Ministério Público, a Defensoria Pública etc., todos têm um papel importante a cumprir para colaborar na resolução dos problemas identificados;

10) **Vereador Antônio Silvino:** Destacou que o Prefeito e o município, incluindo a Câmara Municipal, esteve buscando condições para resolver os problemas, da melhor forma, e disse para a Deputada Fátima Nunes que “mande dinheiro para o Prefeito”, pois não adianta vir aqui só cobrar, é preciso ajudar a resolver os

problemas, até porque ela é uma parlamentar que recebeu muitos votos na região e no município;

11) **Moisés (Movimento dos Atingidos por Barragens):** Disse que o grande objetivo do MAB foi diagnosticar os problemas, lembrando que ao Prefeito que *“na reunião com o governador, o Sr. disse que em Pedro Alexandre não tinha problemas”*. Disse que é preciso que reconheçam onde estão falhando para que possam melhorar e apresentar soluções. Não conseguir ouvir posição contrária, não conseguir ouvir críticas é assumir o risco da omissão, o que pode gerar responsabilização futura. Destacou que o MAB reafirma o compromisso de que quer ajudar a Prefeitura, para construir um processo de melhoria do povo atingido, pois *“não queremos fazer cavalo de batalha, não é esse o objetivo”*. Observou que estão em momento oportuno para resolver as questões, pois o próprio município encontra-se com decreto de calamidade pública. Reforçou que é preciso que a Prefeitura e demais agentes públicos possam ouvir, que tenham a humildade de ouvir, para com isso tomar as providências necessárias. Questionou ainda: *“E ao ouvir, vamos construir juntos? Nosso compromisso, do MAB, é com o povo atingido e não com a Prefeitura, caso a mesma não queira construir conosco”*. Destacou ainda, que ninguém está preparado para uma situação como a que ocorreu, e que é justamente por isso, que o MAB exige do Governo Federal e Estadual a construção de uma política por direitos dos atingidos, pois o que interessa é garantir o direito à vida, onde quer que as pessoas tenham escolhido como lugar para viver. É uma obrigação do Estado garantir esses direitos. Disse ainda, o povo é o fiscal da Prefeitura e demais órgãos, que o prefeito deve prestar contas para a população das ações que estão em curso e das que estão sendo planejadas, e que a população deve ocupar esse espaço de cobrança e reivindicação de direito. Por fim, enumerou *“três tarefas”* que devem ser assumidas pela população para ajudar na resolução dos problemas: a) devemos continuar lutando, com a organização do povo, pois o povo está empoderado. Ninguém é melhor que ninguém, e por isso a luta é fundamental para todos nós; b) é preciso se organizar, não adianta lutar sem estar organizado. É preciso estar em associação, movimento etc. É com luta e organização que vamos

garantir os nossos direitos. Os direitos vêm na luta ou na marra; c) as pautas concretas exigem articulação política para juntos somar forças na resolução dos conflitos.

Por fim, a Deputada Estadual Neusa Cadore agradeceu a presença de todas e todos, uma vez mais colocou-se à disposição e reforçou a necessidade de que os órgãos possam trabalhar juntos e resolver os problemas identificados. Desse modo, às 22h42min declarou encerrada a audiência pública.

Finalizada a reunião,

em atendimentos individuais, várias pessoas aproximaram-se da promotora de Justiça representante do CNDH, a fim de externar preocupações com possibilidade de retaliações políticas, pois, segundo afirmaram, é habitual naquela região o uso da violência, razão pela qual declararam sentirem medo por terem participado da reunião.

4.3.2 – CORONEL JOÃO SÁ

A Reunião Pública envolvendo Poderes Públicos Municipais, integrantes da missão e sociedade civil iniciou no final da manhã do dia 20 de setembro, a partir das 11h, na Câmara Municipal. Inicialmente, o Presidente da Câmara, Vereador Katson Rodrigo Andrade, agradeceu a presença de todas e todos, destacando a necessidade de atuação conjunta dos órgãos para resolver os problemas. Registrou que houve empenho do Legislativo e do Executivo na aprovação de projetos que ajudaram a buscar soluções para os problemas enfrentados pelas famílias atingidas. Em seguida a palavra foi franqueada às autoridades presentes e representantes de órgãos.



Público participante da Reunião Pública.

Deputada Estadual Neusa Cadore, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia – ALBA, fez breve saudação às autoridades presentes, e em seguida destacou a importância da audiência para ouvir as pessoas atingidas. Chamou a atenção para o fato de que os mais afetados são aqueles mais pobres, de modo que o impacto se torna uma catástrofe que abala profundamente a vida das pessoas. Ressaltou que o problema chama toda a comunidade a refletir. Publicamente parabenizou o Prefeito Carlinhos Sobral, que desde o início buscou dar o máximo de atenção possível, com muita responsabilidade, colocando a equipe da prefeitura para dar o apoio possível. Fez também uma saudação especial à secretária interina de Assistência Social, Sra. Miudeza, que vem fazendo um importante trabalho.

Na sequência falou o Prefeito Carlos Sobral. Iniciou fazendo uma breve saudação às autoridades e pessoas presentes. Destacou a importância do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB nas discussões políticas e técnicas, pois é a organização de representante dos atingidos, que colaborou muito na identificação dos problemas, principalmente considerando o fato de que são mais de 2 (duas) mil pessoas atingidas. Destacou que após o ocorrido, não foi apenas o prefeito, mas houve uma soma de órgãos para buscar formas de resolver os problemas. As vezes especula-se “porque ocorreu o fato”, pois muitas pessoas perderam tudo, e psicologicamente isso afeta, mas o principal é que as pessoas estão vivas, e que se irá buscar formas de reconstruir a vida das pessoas. Não houve problemas de saúde imediatos, em virtude das várias ações de prevenção, com esforços conjugados dos

Governos Municipal, Estadual e Federal. Houve uma grande colaboração do Governo do Estado da Bahia, que em duas oportunidades veio ao município prestar a solidariedade e colaborar com ações. Destacou que o pior momento foi após a água secar, pois mais de 500 (quinhentas) casas foram atingidas, sendo que 130 (cento e trinta) foram condenadas pela Defesa Civil, de modo que algumas necessitam de reforma e outras de reconstrução, conforme foi identificado pelo referido órgão. Destacou que a prefeitura disponibilizou uma infraestrutura para que as pessoas pudessem retirar seus móveis, porém muitas pessoas não acreditavam que as águas iriam atingir o município e, infelizmente, quando a água chegou, não deu tempo de salvar seus pertences. Não sabia as consequências, mas imaginava que seriam graves, dado o ocorrido em Brumadinho e Mariana.

Relatou que antes da água chegar, havia uma estrutura de saúde, guarda municipal, transporte etc., para colaborar. Desde que se avisou sobre o rompimento, a chegada das águas até a Sede do município levou apenas uma hora e meia. De acordo com o Prefeito “Deus ajudou a conduzir o processo”, de modo que só ficou tranquilo quando todas as pessoas estavam salvas das águas, inclusive, uma senhora que não queria sair de sua casa, e que foi socorrida pelos Bombeiros e pela Guarda Municipal. A prioridade foi retirar todas as pessoas, ainda que fosse contra sua própria vontade, mas salvaguardar as vidas. A perda dos bens materiais é horrível, mas é algo que se pode construir. O volume de água foi muito grande, e se fosse durante a noite, cerca de 200 (duzentas) pessoas estariam numa situação muito difícil de se salvar. O fato de ter ocorrido durante o dia facilitou a busca de refúgio. Após o ocorrido, começou a reconstrução da cidade, refazer calçadas, limpeza de cisternas, construção do muro da escola, durante oito dias as escavadeiras retirando entulhos das casas, pois houve uma perda muito grande de móveis (sofás, geladeiras, colchões etc.).

Parabenizou as Voluntárias Sociais, os “anjos de asas” que vieram para o município e ajudaram para que não houvesse nenhuma sequela em relação aos problemas de saúde em consequência de contaminação. Conseguiram doações de fogões e geladeiras. Agradeceu aos vereadores por aprovarem as legislações emergenciais. Identificou que houve casos de pessoas que estavam escondendo geladeira e fogão nas casas de parentes para poder se beneficiar, foram poucos os casos, mas houve e foram devidamente identificados. Destacou

que isso é muito triste, pois faz com que pessoas que precisam acabem ficando sem o benefício. Também condenou o fato de que algumas pessoas se utilizaram de fato tão sério para fazer “politicagem”. Segundo o Prefeito, houve pessoas que recebem dinheiro para ir à rádio falar mal do que estava sendo feito. Todavia, se há coisa errada, vamos procurar os órgãos para buscar formas de resolver os problemas identificados. Não é momento de fazer “politicagem”, é preciso que todos possam se unir para garantir que os verdadeiros problemas sejam resolvidos. Existe uma tentativa de conseguir recursos para recompor os móveis perdidos. Destacou que as cestas básicas não são por casa, é destinada às famílias, por isso não se pode deixar uma cesta numa casa vazia. Informou que vieram 500 (quinhentos) colchões, e que isso é pouco, mas foi o possível naquele momento, de modo que para as famílias menores foi entregue um colchão e para as maiores, dois.

No que se refere ao kit de higiene pessoal só vieram 125 (cento e vinte e cinco) que, por sua vez, foram destinados às pessoas que mais necessitavam naquele momento. Foi montado um centro de apoio para a captação de demandas, inclusive para identificar se houve coisas erradas que precisavam de melhorias. Houve denúncias de pessoas vendendo cestas básicas por R\$12,00 (doze reais), pessoas que diziam que não tinham cesta, mas que ao se averiguar identificou-se que tinham 5 (cinco) cestas guardadas em casa. Não é a maioria, obviamente, mas ocorreram situações dessa natureza. Reforçou que as pessoas que estão nos abrigos, precisam continuar a serem alimentadas e tendo abrigo até que a questão de suas moradias seja resolvida. Por fim, deu duas informações: 1ª) o aluguel social, que inicialmente seria de apenas R\$300,00 (trezentos reais), com a luta do município ficou definido em R\$500,00 (quinhentos reais). Informou que já foi firmado o convênio com o Banco do Brasil, pois são as famílias com as casas condenadas que irão receber o aluguel social (moradores dos abrigos e aqueles que estão morando em casas de parentes), e que esse dinheiro é para resolver a questão das moradias. Esclareceu que quem está morando na casa dos parentes pode usar o dinheiro, mesmo se mantendo na casa do parente. Inicialmente o recurso está previsto para 3 (três) meses, podendo ser prorrogado por mais 3 (três), pois o Governo Federal não pode pagar por mais de 6 (seis) meses, atendendo a disposição legal. Enfatizou que a parte mais preocupante ainda continua sendo a questão da reconstrução das casas, visto que o Governo Federal não tem rubrica para realizar reforma,

apenas para construção, então reforçou que é preciso resolver a questão das casas que exigem apenas reforma. Divulga que o aluguel social deve ser liberado nos próximos dias, pois depende agora apenas das tratativas junto ao Banco do Brasil.

Destacou que a questão da construção das casas é algo que demora, fato que foi alertado pelo próprio governador. O chefe da Defesa Civil parabenizou a agilidade do município em preencher o sistema eletrônico. Até uma pocilga foi construída para abrigar os animais que estavam desabrigados. Disse que é preciso preencher os dados, as planilhas, infelizmente é a burocracia, mas que exige ser cumprida, e pediu a compreensão das vítimas para colaborarem nesse processo.

2ª) Informou também que a Prefeitura entrou com uma ação judicial contra a União, pois a obrigação de fiscalizar a barragem é da Agência Nacional de Águas – ANA, e já está agendada a primeira audiência. Ressaltou que o objetivo da ação não é procurar culpados, mas formas de conseguir recursos para resolver os problemas das famílias atingidas. Destacou que a vantagem da ação judicial é que com os possíveis recursos, seriam viabilizadas as reformas das casas, coisa que não poderá ser feito administrativamente com os recursos do Governo Federal. Além disso, caso sejam vitoriosos na ação judicial, isso poderá agilizar o acesso aos recursos, visto que poderá ser feito o bloqueio nos cofres da União, acelerando assim o processo de construção das casas. Informou que já tem uma área que foi comprada para tal construção. As casas não serão construídas nas áreas de risco. Portanto, existem três esperanças: a) Resolver administrativamente com o Governo Federal; b) resolver a partir da ação judicial em face do Governo Federal e; c) com ações colaborativas entre o Governo Municipal e o Governo do Estado. Concluiu dizendo que a prefeitura só irá descansar quando todas as famílias atingidas estiverem em suas casas e com a normalidade de suas vidas reestabelecida.

Dando continuidade ao pronunciamento das autoridades presentes, a promotora de Justiça, Dra. Márcia Teixeira, destacou que, embora integre o Ministério Público do Estado da Bahia, naquele ato está representando o Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH, e que é preciso buscar formas de atuação conjunta, pois é necessário garantir a defesa dos

direitos das vítimas. Enfatiza que o momento é de escuta da população, exercício importante e indispensável para identificar as demandas que já foram atendidas, bem como aquelas que ainda necessitam de atenção dos órgãos do Poder Público. Destacou que não basta identificar os problemas, mas que é preciso buscar formas de resolver, dando o máximo de atenção às pessoas que mais necessitam. Por fim, disse que medidas emergenciais são importantes, mas também é preciso garantir o olhar para que todas as vítimas sejam atendidas mediante as suas mais diversas necessidades, sejam elas emergenciais ou não.

A promotora de Justiça Dra. Luciana Khoury (MPBA), agradeceu à honraria de cidadã municipal concedida pela Câmara. Agradeceu aos órgãos que durante o processo estiveram atuando de forma coletiva. Observou que as lutas e conquistas são resultado da organização popular. As perdas e danos são incalculáveis, não basta ter a comida, é preciso garantir outras políticas. Reforçou a necessidade de construir uma política pública específica para defender os direitos dos atingidos, e apontou que é preciso garantir a reparação de todas as pessoas que sofreram algum tipo de violação. O processo é lento, e é preciso atuar conjuntamente para que todos os direitos sejam assegurados. Informou que o MPBA instaurou um inquérito civil para apurar a situação, e assim buscar formas de ajudar a garantir os direitos. Destacou que o acesso à terra e à água é fundamental. Informou sobre a existência de um evento sobre a segurança de barragens que irá ocorrer nos dias 07 e 08 de outubro em Coronel João Sá. Pontuou que os danos já existem, então a tarefa é colaborar na redução dos mesmos, atuando de forma preventiva visando evitar seu agravamento, ou surgimento de novos. Sugere que o município possa escrever sobre a experiência, para socializar sobre como o município resolveu os problemas, servindo como norte orientador de outros. Lembrou que existem muitas barragens que não estão cumprindo as normas de segurança, o que é uma preocupação, e que está em curso uma apuração da situação de tais barragens na região, a fim de buscar formas de minimizar os danos já instalados, ou possíveis danos futuros.

Após a fala esclarecedora do Prefeito, destacou-se a apresentação dos dados sistematizados (em anexo) pela Sra. Nicolay Lima, técnica representante da Superintendência de Proteção e Defesa Civil – SUDEC, do Governo do Estado da Bahia.

Foi apresentado o seguinte cenário do evento em Coronel João Sá:

Desabrigados Pessoas que necessitam de abrigo público, como habitação temporária, em função de danos ou ameaça de danos causado sem decorrência direta dos efeitos do desastre. **390**

Desalojados Pessoas que, em decorrência dos efeitos diretos do desastre, desocuparam seus domicílios, mas não necessitam de abrigo público. **2019**

Outros afetados Pessoas afetadas diretamente pelo desastre **12.000**

TOTAL DE AFETADOS: 14.409

Informou que uma das ações de resposta por parte da SUDEC foi a realização de convênio de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) com o município de Coronel João Sá para aquisição de 500 (quinhentas) cestas de alimentos, além de promover a articulação com a Defesa Civil Nacional.

Em seguida falou o Sr. Moisés Borges, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Fez breve saudação aos presentes e agradeceu a colaboração dos órgãos e do Prefeito, que desde o início esteve em diálogo com o MAB, que buscou construir a vinda da Comissão de Direitos Humanos para atingir três objetivos: a) identificar o que está sendo feito ao longo desses mais de dois meses; b) ver quais as ações que precisam ainda ser encaminhadas; c) garantir que outros órgãos possam fazer sua análise e inclusive verificar a veracidade e qualidade das informações fornecidas pelo Movimento.

Destaca que a participação do MAB foi garantida no gabinete de crise, e que lhes foi assegurada a fala. Aponta que é muito comum, mesmo com boa vontade para operar e resolver as questões, que não ocorra comunicação mais clara e direta com a população. É extremamente necessário que os atingidos tenham as informações daquilo que está sendo feito e planejado, para saberem quais as perspectivas.

O MAB apresenta a seguinte pauta:

- 1- Garantir o processo de reparação total com dignidade para as famílias, e que isso inclui: a) reparação das perdas materiais, de modo a verificar quem não recebeu as

- doações, buscando formas de garantir as doações, como sofás, geladeiras etc. ; b) garantir o aluguel social, que já está em andamento, pois agora o que falta é que o Banco do Brasil agilizar a emissão dos cartões; c) construção e reforma das casas, considerando inclusive que não existe previsão de recursos para as casas que precisam apenas de reformas, mas que todavia existe um compromisso do Governo do Estado para garantir a construção de novas casas em outro terreno, mas que o recurso é insuficiente e ainda falta previsão de recursos para construção de casas;
- 2- Necessidade de acompanhamento psicológico (saúde mental), pois existem problemas graves. O MAB em parceria com a UFBA está construindo uma possibilidade de atendimento emergencial;
 - 3- As questões específicas, para além das cestas básicas, começam a se agravar, visto que outros cenários vão surgindo, e todas as demandas que inicialmente podem parecer individuais, vão se tornando demandas coletivas (a pessoa que antes não estava grávida, mas agora está, agravamento de doenças que antes não apareciam, existe um caso de prisão), e tais questões merecem toda a atenção;
 - 4- As pessoas que estão na casa dos parentes, precisam também de assistência, pois precisam da cesta básica, visto que ampliou a necessidade de quem recebeu as vítimas;
 - 5- É preciso pensar no desenvolvimento da região, pois animais foram levados pela água, lavouras foram levadas etc., portanto, é preciso pensar a reativação econômica do município (organizar a associação dos quebradores de pedra etc., tudo isso pode ajudar a retomar a economia do município);
 - 6- É preciso fazer a discussão acerca da reconstrução da barragem do Quati. Porém isso não pode ser nos moldes da construção anterior, é preciso garantir uma estrutura que seja realmente segura.

Por fim, reforçou o compromisso do MAB de seguir construindo e trabalhando em conjunto com a prefeitura.

Encerrada a fala das autoridades e representantes de órgãos, movimentos e instituições presentes, a Deputada Neusa Cadore, destacou que as falas feitas já trouxeram várias informações. Apontou também que se torna importante garantir as falas das pessoas que

vieram, e pede apenas que as pessoas possam trazer informações novas. Ao consultar o plenário, uma única pessoa se inscreveu para falar, destacando o que segue:

Dona Zefinha: Solicitou informações acerca de um documento entregue pela SEDUC. Prontamente o Prefeito fez a leitura e identificou que se tratava de uma notificação da Defesa Civil, avisando que visitou a casa de Dona Zefinha e pediu a sua retirada do local, dado que a habitação se encontrava em situação de risco. Dona Zefinha porém, reclamou que não teve como pegar a geladeira, porque não estava com papel para comprovar a situação. O prefeito destacou que as geladeiras para doação são para as pessoas que tiveram suas geladeiras danificadas pela enchente, motivo pelo qual, não teria condição de atender à solicitação.

Sem mais manifestações, a Deputadas Neusa Cadore agradeceu ao prefeito e aos órgãos presentes, reforçou a importância da atividade, destacando que cada órgão e instituição tem seu papel e que trabalhando coletivamente é que tais questões serão resolvidas. Enfatizou ainda que entende a necessidade de aprovação da lei de defesa dos direitos dos atingidos.

Por fim, o Presidente da Câmara Municipal agradeceu a presença de todas e todos, e às 13h25min encerrou a reunião.



Final das atividades da missão.

V. Conclusões e recomendações

A seguir expõe-se **em recopilação os direitos violados**, que devem ser observados pelos municípios de Pedro Alexandre e Coronel João Sá, com uma síntese das informações pertinentes e apresentadas ao longo deste relatório:

I. Direito à informação e à participação, na medida em que não houve envolvimento dos atingidos na discussão, sequer foi elaborado um acordo, firmado entre os representantes dos municípios de Pedro Alexandre e Coronel Joao Sá. Os atingidos não possuíam informação sobre os riscos que corriam por residirem a jusante da barragem do Quati, além de não estarem recebendo informação prévia e independente sobre seus direitos;

II. Direito à reparação justa de todas as perdas, na medida em que apenas as reparações emergenciais foram desenvolvidas, e de forma desigual;

III. Direito à moradia adequada, considerando que o desastre destruiu e causou danos às moradias dos atingidos da Barragem do Quati;

IV. Direito à alimentação adequada, sabendo-se que ocorreu o comprometimento da dieta alimentar, com a redução da pesca, mortes de muitos animais (porcos, galinhas etc.);

V. Direito à manutenção dos modos de vida, cultura e do ambiente de convivência comunitária original, com melhoria contínua das condições de vida, na medida em que está ocorrendo a quebra das relações de vizinhança e de vínculos familiares, o deslocamento compulsório ou mesmo estimulado por compensações meramente financeiras, maior dependência dos serviços de assistência social, a eliminação de atividades econômicas tradicionais e fontes de renda dos atingidos, o não reconhecimento de várias categorias de atingidos, a diminuição da área de cultivo agrícola, a perda do local de trabalho e moradia, a desestruturação de atividades produtivas e a diminuição de peixes no rio;

VI. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão, posto que defensores de Direitos Humanos, em especial no município de Pedro Alexandre, estão sendo discriminados e sofrem repressão por participarem de atividades de mobilização e ação coletiva dos atingidos, em especial aqueles que se organizam no Movimento de Atingidos por Barragens – MAB. A não recomposição das condições de vida existentes antes do desastre tem comprometido o direito à liberdade e autodeterminação das pessoas deslocadas compulsoriamente;

VII. Direitos sociais, em especial direito **à saúde e à educação**, de toda a população atingida, devendo ser estabelecidos mecanismos de compensação ao Sistema Único de Saúde por parte das empresas responsáveis pelo desastre, seja pelo aumento do número de casos de doenças – como dengue, doenças respiratórias, de pele e outras –, seja pela maior demanda sobre o SUS que o próprio processo de reparação socioambiental acarreta, como externalidade negativa decorrente do significativo afluxo de terceirizados envolvidos no referido processo;

VIII. Direito à água das populações que ficaram desabastecidas e tiveram sua fonte de captação impactada pelo desastre, bem como pela ausência de informações oficiais claras sobre a qualidade, potabilidade e segurança do uso da água para consumo humano e para a realização de atividades cotidianas;

Pelo exposto, **RECOMENDA-SE**

- ao Governo do Estado da Bahia e às Prefeituras dos Municípios de Pedro Alexandre e Coronel João Sá:

1) **A reparação pela violação de direitos humanos** dos atingidos pelo rompimento da barragem do Quati, **nos municípios de Pedro Alexandre e Coronel João Sá**, que pode ser realizada através de processo de restituição e reparação integral, reabilitação, indenização,

com satisfação e garantia de não repetição¹, devendo ser observado o levantamento da lista das pessoas/famílias atingidas a partir da consulta das listas, dos dados, relatórios de inspeções e visitas elaborados e fornecidos pela Defesa Civil, pela Secretaria de Ação Social, pelo Ministério Público e pelo MAB, devendo todo o procedimento de decisão ser acompanhado por representantes dos atingidos com transparência, participação e estabelecimento de plano de trabalho com metodologia e prazos;

2) **A indenização** dos atingidos pelo rompimento da barragem do Quati, **nos municípios de Pedro Alexandre e Coronel João Sá**, o que deve compreender a soma pecuniária devida às vítimas pelos danos, materiais e morais, sofridos, e gastos em que incorreram², devendo ser observado o levantamento da lista das pessoas/famílias atingidas a partir da consulta das listas, dos dados, relatórios de inspeções e visitas elaborados e fornecidos pela Defesa Civil, pela Secretaria de Ação Social, pelo Ministério Público e pelo MAB, devendo todo o procedimento de decisão ser acompanhado por representantes dos atingidos, com transparência, participação e estabelecimento de plano de trabalho com metodologia e prazos;

3) **A manutenção da distribuição das cestas básicas**, aos atingidos pelo rompimento da barragem **nos municípios de Pedro Alexandre e Coronel João Sá**, enquanto não for restabelecida a normalidade na vida dos seus munícipes, sem perder de vista outras necessidades, tais como, roupas, medicamentos, reposição de geladeiras, camas, colchões, etc.;

4) **A recuperação das estradas** que foram destruídas e/ou comprometidas quando do rompimento da barragem do Quati, bem como de outras barragens da região, que também

¹ Pela restituição se busca o restabelecimento – sempre que possível – *do status quo ante*. A reabilitação compreende todas as medidas – médicas, jurídicas e outras – a serem tomadas para restabelecer a dignidade das vítimas.

² A satisfação está ligada à cessação das violações, impondo ao Estado a obrigação de esclarecimentos dos fatos e apuração das circunstâncias em que ocorreram a violação de direitos humanos, reconhecendo e/ou determinando as correspondentes responsabilidades cíveis e penais, e aplicar efetivamente as sanções e consequências que a lei preveja. E, por fim, a garantia de não repetição que compreendem medidas para prevenir a ocorrência de fatos semelhantes no futuro.

se romperam no mesmo período, a exemplo das barragens de Serra Verde e da Rompe-Gibão, e de outras cinco barragens localizadas na Fazenda Senhor do Bonfim, que embora **situadas no município de Pedro Alexandre** geraram impactos de grandes proporções para o **município de Coronel João Sá**, deixando em ambos os municípios, famílias ilhadas, canais entupidos, comprometimentos em pontes de pequeno porte, dificultando em alguns casos o direitos de ir e vir, e o acesso a serviços;

5) **A limpeza dos canais de drenagem** (natural e construído) existente na Rua Velha no **Município de Pedro Alexandre**, periodicamente, antes, porém, consultando à Superintendência de Proteção e Defesa Civil SUDEC) acerca dos critérios técnicos a serem adotados para realização de intervenção eficaz, que atenda aos objetivos e critérios técnicos necessários, devendo ser dado conhecimento aos munícipes de Pedro Alexandre, bem como de tudo ser informada a prefeitura do município de Coronel João Sá, considerando que a ocorrência de um novo rompimento de barragem atingirá o município vizinho, conforme ocorreu quando do rompimento da barragem do Quati;

6) **Realizar a avaliação técnica com a publicização do diagnóstico das barragens** que se encontram em situação de risco, a exemplo da Barragem de Lagoa Grande, que foram indicadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia em relatório prévio de inspeção realizada, e mencionada durante a missão, bem como mencionada por munícipes e pelo MAB;

7) **A recuperação do campo de futebol**, totalmente destruído, nas proximidades da Comunidade do Quati (**Município de Pedro Alexandre**) considerando que o mencionado campo, segundo demandas apresentadas pela população local, é um meio alternativo para movimentar a renda local, uma vez que o agendamento de jogos de futebol e outros eventos locais geram a comercialização de bebidas, comidas e lanches;

8) **A recuperação da Barragem do Quati** pelo Prefeitura do Município de Pedro Alexandre e retomada do processo econômico, em especial da comunidade do Quati, pois

era uma importante fonte de renda, para cerca de 52 (cinquenta e duas famílias) que foi interrompida, devendo se estabelecer um plano de avaliação de risco,, de manutenção e assistência técnica;

9) **A articulação com a Bahia Pesca**, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura, Pesca, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI do Estado da Bahia, a fim de viabilizar o cadastramento das famílias residentes na Comunidade do Quati,³ a fim de identificar formas de inserção nas políticas públicas desenvolvidas pelo referido órgão, a exemplo de: As ações relacionadas às atividades da pesca e da aquicultura possibilitam o aumento da produtividade, elevação de renda, agregação de valor ao pescado e melhoria das condições de trabalho dos pescadores⁴;

- à **Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente**, que apoie o Governo do Estado da Bahia e os Municípios de Pedro Alexandre e Coronel João Sá no acesso ao direito à água pelas populações que ficaram desabastecidas e tiveram sua fonte de captação impactada pelo desastre, em especial com a produção de informações oficiais claras sobre a qualidade, potabilidade e segurança do uso da água para consumo humano e para a realização de atividades cotidianas;

- à **Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, do Ministério de Desenvolvimento Regional**, que gerencie às ameaças de desastres nas barragens da região dos municípios de Pedro Alexandre e Coronel João Sá, com ações de monitoramento, alerta, informação e mobilização aos munícipes, para que ações preventivas sejam prontamente realizadas, subsidiando o Governo do Estado da Bahia e os Municípios de Pedro Alexandre e Coronel João Sá.

³ O que nunca foi viabilizado pelo município de Pedro Alexandre, e que a comunidade informou durante a missão desconhecer essa possibilidade.

⁴ Observação: As ações executadas pela Bahia Pesca são direcionadas para entidades pesqueiras e aquícolas como: associações, colônias, cooperativas, entre outras. (<<http://www.bahiapesca.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>>, 2019)

Encaminha-se cópia do presente relatório à Procuradoria Geral de Justiça do Estado da Bahia, através da sua Procuradora Geral, Dra. Ediene Santos Lousado, **bem como à Defensoria Pública do Estado da Bahia**, na pessoa do seu Defensor Público Geral, Dr. Rafson Saraiva Ximenes, para que os mesmos, tomem conhecimento do presente relatório e após análise adotem as providências que entenderem cabíveis na esfera de suas atribuições.

É o relatório.

Salvador, 06 de novembro de 2019.

Márcia Regina Ribeiro Teixeira
Promotora de Justiça
Conselho Nacional de Direitos Humanos MPBA

Cynthia Ramos do Amaral Saad
Analista em Serviço Social MPBA

REFERÊNCIA

Pesquisa realizada nos anos de 2004/2005 pelo professor Keltom Romulo Andrade de Abreu, acadêmico do curso de História da Universidade Tiradentes.
<http://www.portalcoroneljoaosa.com.br/hist%F3ria.htm>

Fonte: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-coronel-joao-sa.html>

<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-pedro-alexandre.html>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pedro-alexandre/panorama>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/coronel-joao-sa/panorama>

<http://www.pedroalexandre.ba.gov.br/pedroalexandre/nossahistoria/>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pedro-alexandre/historico>

<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficios-eventuais>

Superintendência de Proteção e Defesa Civil – SUDEC, do Governo do Estado da Bahia.

ANEXOS

- Apresentações Defesa Civil da Bahia
- Recomendação Ministério Público – BA